



## Ganhos e perdas da cúpula

Senadores analisam encontro de dirigentes da América do Sul e de países árabes.

Página 7

## MEDIDAS PROVISÓRIAS

# Acordo para mudança ou avaliação mais rígida

Presidente do Senado anuncia que vai reunir hoje a comissão mista que estuda alterações na edição e tramitação das medidas provisórias. Renan Calheiros diz que MPs poderão ser derrubadas e transformadas em projetos de lei

Página 3

## Teotonio e César Borges condenam a transposição

César Borges considerou "faraônica e irresponsável" a transposição de águas do rio São Francisco, obra que está sendo licitada pelo governo. Em discurso no Plenário, Teotonio Vilela Filho disse que, se não forem construídas adutoras e redes de distribuição, as águas da transposição levadas a açudes serão desperdiçadas. Ele cobrou uma política para a gestão das águas na região.

Página 5

## CCJ aprova compulsória aos 75 anos



José Cruz

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem projeto de Pedro Simon que eleva a aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos de idade. O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães, defende rápida votação da proposta de emenda constitucional pelo Plenário, que a analisará em dois turnos.

**URGÊNCIA** Antonio Carlos (à direita) critica exigência de lei complementar para que a proposta entre em vigor

Página 6

## DEBATES NO SENADO



**CRISE** Comissão de Agricultura do Senado discute efeitos da importação de vinhos da Argentina



**MUDANÇAS** Audiência presidida por Hélio Costa (falando ao microfone) analisa alteração na LDB

VINÍCOLAS APONTAM CONCORRÊNCIA DESLEAL

NOVAS REGRAS PARA O ENSINO A DISTÂNCIA



**LÁUREA** Por serviços prestados à difusão do livro, Sarney será agraciado com Prêmio José Olympio

## Sarney terá homenagem na Bienal do Livro no Rio

Autor de vasta obra literária e membro da Academia Brasileira de Letras, o senador José Sarney (PMDB-AP) será homenageado hoje, durante a cerimônia de abertura da 12ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro. Sarney receberá o Prêmio José Olympio, concedido a personalidades que contribuem para a difusão do livro e da leitura.

O senador pelo Amapá é autor da Lei do Livro, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula em 2003. A lei propiciou a desoneração dos impostos incidentes sobre publicações, como o PIS-Cofins na etapa da comercialização. Entre as personalidades que já ganharam o prêmio José Olympio estão o escritor Pedro Nava, o jornalista Roberto Marinho, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o autor de novelas Manoel Carlos.

Durante a bienal, o Senado apresentará mais de dez novos títulos do seu catálogo, em estande instalado na Avenida Mário de Andrade, no pavilhão vermelho do Riocentro.

# Efraim: imprensa oficial é instituto de democracias

■ Para senador, o registro dos atos públicos é pressuposto para a consolidação dos Estados democráticos

A interação entre os órgãos oficiais de imprensa vai contribuir para a consolidação do estado democrático de direito nos países da comunidade de língua portuguesa. A afirmação foi feita ontem pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), durante a abertura do 5º Encontro das Imprensa Oficiais de Língua Portuguesa. O evento, que prossegue até amanhã, no auditório do In-



**DEBATE** Efraim (ao centro) no encontro da imprensa oficial de países lusófonos

terlegis, reúne dirigentes e representantes de órgãos oficiais do Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Os participantes pretendem discutir a aprovação do estatuto do Fórum dos Órgãos de Imprensa Oficial dos Países de Língua Portuguesa, além da

implantação de um portal na Internet para concentrar informações oficiais desses países.

– Todo país que deseja ser democrático tem que registrar seus atos, e o registro correto é feito por meio das imprensas oficiais. O encontro é importante porque vai criar o estatuto que irá oficializar o fórum – comentou Efraim Morais.

## Agenda

### Pauta permanece trancada

Por falta de acordo entre as lideranças partidárias, a pauta da sessão de hoje, às 14h, continua trancada por duas propostas,

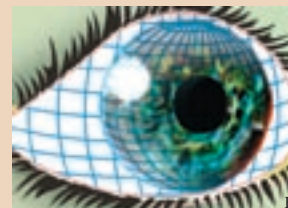
que têm prioridade de votação. A primeira (PLV 6/05) cria cargos e gratificações para unidades hospitalares e a segunda (MP

236/05) libera recursos a estados exportadores, uma maneira de compensar as perdas na arrecadação do ICMS.

### Audiências sobre ortóptica e emigração ilegal

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute, às 10h, a regulamentação da profissão de ortoptista, com a presença dos presidentes da Associação Brasileira da Ortóptica, Mariza Loos Pfeiffer, e do Conselho Brasileiro de

Oftalmologia, Elisabeto Ribeiro Gonçalves, entre outros. No mesmo horário, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove audiência pública sobre a saída ilegal de brasileiros para o exterior.



### Mudanças nas MPs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe o presidente da Argélia às 9h30. Às 10h, reúne-se com a comissão que estuda a tramitação de MPs e, às 14h30, participa do Fórum Nacional da Dinamização da Agenda de Reformas, no Rio de Janeiro.

### Reunião da CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa, em reunião marcada para as 10h, relatórios sobre ofícios, avisos do Tribunal de Contas da União com relação a auditorias em órgãos públicos e mensagens presidenciais.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## José Jorge quer vedar anúncios sobre crédito consignado

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou projeto proibindo que instituições financeiras façam propaganda sobre empréstimos para aposentados e pensionistas. Segundo o parlamentar, muitos idosos têm contraído dívidas que comprometem sua aposentadoria, induzidos pelas campanhas do governo e dos bancos sobre o crédito consignado.

– De nada adianta peças publicitárias com idosos sorridentes, se ao final eles serão desrespeitados nas instituições financeiras – protestou o senador, referindo-se à modalidade de empréstimo que autoriza o débito de parcelas de dívidas diretamente na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas.

### Artistas

José Jorge também criticou a utilização de artistas para divulgar o crédito consignado. Para o senador, o governo ilude os idosos, que, para ajudar parentes endividados, contraem empréstimos sem avaliar sua capacidade de pagamento. Ele informou ainda que encaminhou ao Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar) representação contra esse tipo de propaganda.

O senador calculou que, num empréstimo de 24 meses, à taxa de 2,8%, o aposentado pagará 94% de juros ao banco, quase o dobro do valor tomado. José Jorge mencionou que a Ouvidoria da Previdência já recebeu centenas de queixas contra bancos, envolvendo denúncias de venda casada e erros no débito das parcelas.

Em apartes, Heloísa Helena (PSOL-AL) sugeriu que a publicidade informe as reais condições dos empréstimos e Mão Santa (PMDB-PI) disse que não se deve basear a prosperidade em dinheiro emprestado.



**ABUSO** Em 24 meses, calcula José Jorge, tomadores pagam em juros quase o dobro do empréstimo



## Comissão mantém a data de referendo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de decreto legislativo que define a pergunta para o referendo sobre o comércio de armas no país, previsto no Estatuto do Desarmamento. O relator da proposta, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), manteve a pergunta contida na proposição que havia sido acolhida pelo Senado: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?"

Conforme a decisão do colegiado, permanece, para a realização da consulta, o primeiro domingo de outubro, também previsto no texto do Senado (PDL 1.274/04), de autoria do presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). A matéria agora vai a Plenário da Câmara.

O Estatuto do Desarmamento, sancionado em dezembro de 2003, define normas para fabricação, registro, uso e transporte de armas e munições. Como regra geral, a lei proíbe o porte de armas por civis, com exceção de situações nas quais se comprove ameaça à vida do cidadão. O porte de arma terá duração previamente determinada.

O porte poderá ser cassado a qualquer momento especialmente se o portador for abordado, com sua arma, em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas ou medicamentos que provoquem alteração da capacidade intelectual ou motor.

Apenas poderão andar armados os responsáveis pela segurança pública, integrantes das Forças Armadas, policiais, agentes de inteligência e agentes de segurança privada ou civis com porte concedido pela Polícia Federal.

### Menos vítimas

O Ministério da Justiça divulgou há poucos dias pesquisa mostrando que caiu o número de internações hospitalares provocadas por disparos de armas de fogo, depois do início da Campanha do Desarmamento. Desenvolvido pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, o estudo contém a análise de dados colhidos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

# Renan quer avaliação mais rígida da relevância e urgência das MPs

■ Senador deve reunir hoje comissão na tentativa de buscar um acordo sobre novo rito para essas proposições

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que vai reunir hoje a comissão mista que estuda mudanças na edição e tramitação das medidas provisórias (MPs). Ele disse

que, "se for possível firmar um acordo, melhor".

– Caso contrário, nós vamos votar e derrubar a eficácia de MPs que não tenham os requisitos de relevância e urgência. É um compromisso que já assumi com o Brasil, com os líderes partidários e vamos pôr isso em prática sim.

Renan afirmou que pretende exigir avaliação mais rígida e criteriosa para as MPs. E frisou que, se não preencherem os

pressupostos de relevância e urgências, elas serão derrubadas e transformadas em projetos de lei.

– Já fizemos isso no Senado e faremos novamente. Como está não dá, porque a consequência disso é a abstinência legislativa. No Senado, fiz um apelo aos líderes e avançamos na pauta; votamos mais de 300 matérias num esforço que envolveu todos os partidos, mas a Câmara infelizmente está paralisada.



SAÍDA Para Renan, medidas que não atendam requisitos devem ser transformadas em projeto de lei



DECISÃO Seis propostas de emenda constitucional aguardam liberação da ordem do dia no Plenário para ser votadas

## Sem acordo, continua obstrução da pauta

Por falta de acordo na sessão de ontem, foi adiada a votação das duas medidas provisórias (MPs) que estão obstruindo a pauta do Senado.

A primeira (MP 231/04), transformada na Câmara em projeto de lei de conversão (PLV 6/05), cria 3.490 cargos na carreira da Seguridade Social e do Trabalho para as unidades hospitalares do Ministério da Saúde, principalmente no Rio de Janeiro.

A MP institui ainda a Gratifi-

cação de Incentivo à Atividade Intensiva de Assistência à Saúde, a ser paga aos servidores dos hospitais do ministério no Rio – Hospital Geral de Bonsucesso, Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia, Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras e Hospital Geral do Servidor.

A segunda medida provisória (MP 236/05) autoriza o governo federal a repassar aos estados e municípios R\$ 2,89 bilhões, como compensação por perdas

de arrecadação com o fim da cobrança de ICMS sobre exportação de vários produtos.

Por força de acordo, toda MP precisa ser discutida, no mínimo, por três sessões. Só depois, o presidente do Senado a coloca em votação, exceto se os líderes adotarem outro caminho.

Seis propostas de emenda à Constituição (PECs) e um projeto de lei da Câmara esperam a votação das duas MPs para serem apreciados pelo Plenário.

## "Verticalização engessa partidos", diz senador

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, embora seja a favor da verticalização, apóia a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara de acabar com o instituto. A verticalização das coligações partidárias foi definida em 2002 pelo Superior Tribunal Eleitoral e determina que as legendas com candidatura à Presidência da República repitam, nos estados e municípios, a mesma aliança estabelecida em nível federal.

O senador observou que

manter a verticalização sem aprovar uma reforma política mais profunda apenas contribui para o "engessamento" dos partidos.

– Eu, conceitualmente, defendo a verticalização. Acho que ela precisa ocorrer para dar uniformidade às coligações partidárias. Mas como desdobramento da reforma, não como premissa. Porque é uma ilusão imaginar que você vai impor um acordo de cúpula para cada estado independentemente da complexidade da realidade regional. Ela

engessa os partidos e parece algo antifederativo – afirmou.

Renan defendeu, durante entrevista, o fortalecimento da fidelidade partidária e a ampliação do prazo de filiação de um para quatro anos, como medidas a serem implementadas na reforma política. Ele apóia também a criação de uma federação de partidos.

– Estamos aguardando que a Câmara dê seqüência à reforma que aprovamos aqui. E, para a próxima eleição, nós poderíamos fortalecer a fidelidade.

## Começa exame de medida que beneficia esporte

Será instalada hoje, às 10h, a comissão mista destinada a examinar a medida provisória (MP) que institui um concurso de prognóstico destinado a fomentar programas de política nacional de incentivo e desenvolvimento da prática desportiva.

De acordo com a exposição de motivos, a receita líquida decorrente da realização do concurso será destinada ao Ministério do Esporte para aplicação em programas que incentivem e desenvolvam a prática desportiva.

A MP prevê que os recursos brutos arrecadados sejam distribuídos da seguinte forma: 25% para remuneração das entidades desportivas participantes do concurso, 20% para o custeio e manutenção do serviço, 3% para o Fundo Penitenciário Nacional e 1% para a seguridade social.

### Tributos

A adesão da entidade desportiva ao concurso de prognóstico será feita por meio de instrumento celebrado perante a Caixa Econômica Federal, do qual constarão a cessão, por 60 meses, do direito de uso da sua denominação, marca ou símbolos, e a destinação dos recursos que remuneram a entidade desportiva para pagamento de débitos junto à Secretaria da Receita Previdenciária, ao Instituto Nacional do Seguro Social, à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio de parcelamento da dívida em até 60 prestações mensais.

# Camata propõe diretrizes para saneamento básico

Projeto apresentado pelo senador não interfere na autonomia dos estados e municípios

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) comunicou ao Plenário que apresentou projeto de lei que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico – o chamado marco regulatório federal para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O projeto é uma sugestão do Fórum de Secretários de Saneamento dos Estados e Municípios, que se reuniu no Senado na manhã de ontem.

Camata lembrou que o governo tenta apresentar há mais de um ano projeto sobre o assunto, mas não conseguiu

consenso. Ele disse que sua proposta é fruto de consenso entre especialistas.

– O projeto regula as atribuições do governo federal, dos estados e dos municípios. Estipula as metas de atendimento à população, as punições e a defesa do consumidor – frisou. Ele afirmou que as empresas de saneamento recolheram de PIS e Cofins no ano passado cerca de R\$ 960 milhões, mas as aplicações do governo na área mal passaram de R\$ 400

milhões. Neste ano, as empresas já recolheram R\$ 1 bilhão, mas até agora o governo não empenhou “nenhum centavo” no setor. O projeto não interfere na autonomia dos municípios e dos estados e estabelece o que deve ser feito, mas não como deve ser feito o planejamento e a prestação dos serviços.

O fórum considerou que a forma como devem ser prestados os serviços é de competência exclusiva dos estados e municípios.



CONSENSO Proposta de Camata recebe apoio dos participantes do fórum

## Credenciamento de cursos a distância

O credenciamento de instituições que oferecem ensino a distância – discutido ontem durante audiência pública da Comissão de Educação (CE) – poderá passar a ser feito mediante delegação da União a cada sistema de ensino. A possibilidade foi anunciada, durante a reunião, pelo diretor do Departamento de Políticas em Educação a Distância do Ministério da Educação, Sérgio Kieling Franco.

Segundo o diretor, a maior preocupação do governo é a de evitar que a delegação ocorra de forma automática, como acontece atualmente.

Isso porque, como observou, alguns estados têm oferecido entraves ao credenciamento de instituições que prestam bons serviços, muitas vezes por falta de confiança na educação a distância, por preconceito ou por reserva de mercado a organizações baseadas no próprio estado.

– Com isso, muitas vezes estamos obrigando alunos de cursos a distância que precisam fazer seus exames a se deslocar para outros estados, onde os resultados serão reconhecidos – alertou.

A audiência pública foi realizada para debater o Pro-

yecto de Lei do Senado (PLS) 462/03, do senador José Jorge (PFL-PE), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O texto estabelece que o credenciamento será feito “pela União, através do Ministério da Educação ou por delegação específica, através dos demais sistemas de ensino”.

O projeto estende ainda os custos de transmissão – atualmente restritos ao rádio e à televisão – a “outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público”.

## Azeredo teme que Fundeb se transforme em propaganda

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) advertiu ontem, em Plenário, que o novo Fundo de Educação Básica (Fundeb) anunciado pelo governo corre o risco de se transformar em apenas instrumento de propaganda, com pouca repercussão no processo educacional brasileiro. O novo Fundeb será enviado nos próximos dias ao Congresso como emenda constitucional.

– A primeira dúvida surge porque esse governo adora reinventar a roda e tem a pre-

tensão de zerar e recomeçar a história, desconhecendo ou negando tudo de bom que foi feito em governos passados – afirmou.

Azeredo disse que o Fundeb aparece como uma alternativa do governo para tentar apagar os vestígios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundef), colocado em prática pela gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que, apesar dos resultados positivos, não



CRÍTICA Azeredo diz que governo desconhece os bons projetos da gestão passada

estaria recebendo os recursos necessários.

De acordo com Azeredo, a dívida da União com os estados e municípios, por não estar efetuando os repasses do Fundef definidos por lei, já chega a R\$ 13 bilhões.



## Produtores pedem apoio ao mercado vinícola nacional

Representantes do setor vinícola brasileiro afirmaram ontem, em audiência pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que, se nada for feito para proteger o mercado nacional de vinhos, em pouco tempo várias empresas serão fechadas. A audiência foi solicitada por requerimento dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) para “encontrar uma solução devido à importação de vinhos a preços bem abaixo dos praticados aqui”.

– A produção e os estoques brasileiros estão crescendo, mas a importação também. Só a importação de vinhos da Argentina dobrou de 2004 para 2005 – afirmou o presidente do Instituto Brasileiro do Vinho

(Ibravin), Ricardo da Cunha Calvalcanti Júnior. Essa opinião é compartilhada pelo presidente da Câmara Brasileira de Vinho e da Cooperativa Vinícola Aurora, Hermes Zanetti.

A redução na carga tributária para o espumante brasileiro e o aumento para as bebidas mistas também foram defendidos pelo diretor da Associação Nacional dos Engarrafadores de Vinho, Sérgio Passarinho, e pelo vice-presidente da Associação Brasileira de Bebidas, Siro Lilla.

O coordenador de Tributação sobre Produto e Comércio Exterior, da Secretaria da Receita Federal, Helder Silva Chaves, disse que é preciso traçar uma estratégia em torno do Imposto sobre Importação (II) e negociar com a Argentina no âmbito do Mercosul.

## Paim quer tributação rigorosa para os vinhos importados

O senador Paulo Paim (PT-RS) considerou “desleal” a concorrência dos vinhos importados da Argentina, Chile e Uruguai. O senador cobrou do governo uma solução rápida para os prejuízos que essa concorrência vem causando aos produtores gaúchos. Paim informou que a principal reivindicação do setor é de que todo o vinho importado seja tributado. A idéia é, de acordo com o senador, viabilizar o aumento dos impostos, acarretando, assim, mais arrecadação de tributos pelo governo e impedindo uma concorrência desleal com os vinhos nacionais.

– A alta carga tributária, a entrada de vinhos contrabandeados por falta de fiscalização e a entrada de vinhos sem pagamento de impostos são alguns dos fatores que tornam o preço do vinho importado mais atra-



CONSEQUÊNCIAS Paim observa que crise no setor pode agravar o problema do desemprego

tivo que o vinho nacional.

O senador disse que a crise no setor agrava o problema do desemprego.

– O agronegócio corresponde a um terço do PIB e é responsável por 18 milhões de empregos. Só na Serra Gaúcha, cerca de 16 mil famílias dependem diretamente do sucesso da comercialização do vinho nacional – contabilizou.



**LENTIDÃO** Valadares lamenta que projeto contra enchentes esteja há dois anos parado em ministério

## Valadares cobra proteção para ribeirinhos

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) cobrou ontem do governo federal celeridade na execução do projeto Perímetro Irrigado Cotinguiba-Pindoba, em Sergipe. O projeto visa proteger a população ribeirinha dessa localidade contra enchentes do rio São Francisco.

O parlamentar afirmou que o projeto encontra-se há dois anos parado para análise no Ministério do Meio Ambiente.

– A burocracia atormenta o andamento de um projeto da maior importância para Sergipe – lamentou.



**ADIAMENTO** Osmar Dias solicita que trabalhadores da agricultura sejam ouvidos

## Osmar Dias pede debate sobre área de conservação

O senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou ontem a forma como o governo está conduzindo a criação de unidades de conservação no Paraná e em Santa Catarina e pediu um adiamento do processo. Essas unidades são territórios – com características naturais relevantes – instituídos pelo poder público com o objetivo de conservação.

Embora se declare favorável à criação das unidades de conservação, Osmar afirmou que “não é possível que os proprietários rurais, principalmente os que trabalham com a agricultura familiar, deixem de ser ouvidos”.

# Transposição é faraônica, adverte César Borges

■ Senador considera que obra bilionária no São Francisco não solucionará problema da seca

O senador César Borges (PFL-BA) manifestou ontem sua preocupação com o início das licitações para as obras de transposição do rio São Francisco, citando editais publicados na terça-feira no *Diário Oficial*. Ele classificou a transposição como uma “obra faraônica e irresponsável”, que não vai solucionar o problema da seca no Nordeste.

O senador citou reportagem do jornal *Correio Braziliense* com denúncia de que o governo federal cedeu R\$ 3 milhões em patrocínio à escola de samba Mangueira para “exaltar, em seu desfile de carnaval, a transposição do São Francisco”.

– Isso vai contra qualquer princípio da moralidade pública – afirmou César Borges ao encaminhar à Mesa requerimento de informações ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, sobre o fato.



**DESAFIO** César Borges diz que obra vai contra qualquer princípio de moralidade pública

César Borges lembrou que, segundo o governo federal, a transposição do São Francisco vai custar cerca de R\$ 4,5 bilhões. Na opinião do senador, nem o Banco Mundial nem outros organismos internacionais financiariam a obra, pois existem alternativas mais eficientes. Borges recordou que o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenava a transposição em 1994.

– Essa é uma obra que, agora, o Lula toma como prioritária e quer fazer passando por cima de tudo – acrescentou.

## Teotonio diz que falta de investimento agrava estiagem

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) retomou ontem a discussão sobre a transposição do rio São Francisco. Desta vez, apontou a falta de investimentos como causa da crise de abastecimento vivida no semi-árido nordestino. Ele analisou a situação do Ceará e do Rio Grande do Norte, estados que seriam beneficiados pela transposição, e afirmou que ambos têm água suficiente para abastecer seus habitantes.

– O que falta nesses estados é o que falta também na beira do São Francisco: recursos para uma política de águas, gestão de águas, interligação de açudes, pequenas adutoras, sistemas de distribuição – assinalou.

Com base em estudos dos governos do Ceará e Rio Grande do Norte, Teotonio disse que água existe. Faltam, no entanto, recursos para aproveitá-la.

Segundo informou, os açudes do Ceará exibiam, em outubro de 2004, um volume total de

13,5 bilhões de metros cúbicos, água que seria suficiente para abastecer uma população de 8 milhões durante 44 anos.

Quanto ao Rio Grande do Norte, acumulava em um único açude, o Piranhas-Açu, 3,5 bilhões de metros cúbicos, o que garantiria uma vazão média (24 metros cúbicos por segundo) equivalente à prevista pela transposição para abastecimento em quatro estados.

### Desperdício

Teotonio disse acreditar que, se não forem construídas adutoras e redes de distribuição, as águas da transposição levadas a açudes que já acumulam bilhões de metros cúbicos também serão desperdiçadas. Segundo ele, se a União repassasse uma parte dos recursos da transposição para os governos estaduais tocarem obras de abastecimento local, a medida potencializaria o uso das águas acumuladas nos açudes.

Em aparte, o senador Gari-

César Borges disse não entender a razão de o governo insistir em gastar “os escassos recursos públicos em uma obra tão cara e de viabilidade tão duvidosa”. Para ele, o governo federal agride o pacto federativo por não discutir o projeto no Congresso Nacional.

– A quem interessa a concretização desse projeto? Às empreiteiras? Ou interessa diretamente à campanha de reeleição do presidente Lula? Ou até a ambos? – questionou.

O senador cobrou do governo a promessa de recriar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), de duplicar a BR-101 e de reformar a Rodovia Transnordestina. Para ele, essas obras ficaram em segundo plano com a prioridade para a transposição do rio.

Os senadores José Jorge (PFL-PE) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram César Borges. Para José Jorge, as obras são realizadas de forma “atropelada, apenas para se retirarem benefícios eleitorais”. Mão Santa comparou a obra com a transposição do rio Colorado, no Estados Unidos, que durou cem anos para ser concluída.



**REPASSE** Para Teotonio, União deveria liberar recursos para obras de abastecimento local nos estados

baldi Alves Filho (PMDB-RN) observou que nem sempre água armazenada significa água disponível para uso. Os pefelistas César Borges e Antonio Carlos Magalhães, ambos da Bahia, creditaram à obra caráter eleitoral e de beneficiamento a empreiteiras. Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Tasso Jereissatti (PSDB-CE) elogiaram a abordagem de Teotonio, embora Jereissatti tenha alertado não ser possível calcular a disponibilidade de água pelo pico de oferta, lembrando que o Ceará viveu, em 2004, uma de suas maiores cheias.



**ATAQUE** Para Heloísa, ministro Ciro Gomes usou dados da Abin para constranger o deputado João Fontes

## Heloísa quer saber se Abin espiona cidadãos

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse ontem, em Plenário, que está enviando requerimento de informações ao Ministério da Justiça sobre os critérios usados pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na coleta de dados de cidadãos brasileiros, inclusive parlamentares. Ela alega que, em debate recente em Sergipe sobre a transposição do rio São Francisco, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, aparentemente recorreu aos serviços da Abin para constranger, entre outros, o deputado João Fontes (PSOL-SE).

– O deputado foi ameaçado em público pelo ministro Ciro Gomes – afirmou Heloísa.

De acordo com o relato da senadora, no encontro de Sergipe, o ministro teria se referido a informações recentes da vida do deputado João Fontes, que até seus mais íntimos amigos desconheciam. Ainda de acordo com Heloísa Helena, o secretário-executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, professor Luiz Carlos Fontes, foi alertado por Ciro Gomes de que seus “passos estavam sendo seguidos”.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) admitiu que estava ao lado de Ciro Gomes quando o ministro pediu a um assessor os nomes de duas pessoas, apontando-as publicamente. Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou o episódio um “fato espantoso”, enquanto Almeida Lima (PSDB-SE) declarou que repudia a “atitude de Ciro Gomes”. Demostenes Torres (PFL-GO) ressaltou que a Abin vem repetindo os “mesmos erros do antigo SNI”.

Ao abordar a proposta de transposição das águas do rio São Francisco, Heloísa Helena ressaltou que a discussão em torno do assunto está “sustentada na demagogia de Lula e na histeria de Ciro Gomes”.

# Comissão aprova compulsória no serviço público aos 75 anos

■ Decisão sobre proposta que fixa prazo para servidores permanecerem na carreira foi unânime

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, a proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que possibilita a aposentadoria compulsória no serviço público aos 75 anos “na forma de lei complementar”. O presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou que essa lei deverá ser examinada com urgência para que o princípio entre logo em vigor. A PEC (42/03) ainda será submetida a dois turnos em Plenário.

Até a aprovação da lei complementar, a idade da compulsória continua a ser 70



**MUDANÇA** Simon elogia emenda de José Jorge que flexibiliza a idade para aposentadoria

anos. A proposta original de Pedro Simon (PMDB-RS) diz que a compulsória será aos 75 anos. No entanto, emenda do senador José Jorge (PFL-PE), relator da matéria, acolhida pela comissão, propõe que a aposentadoria seja, “compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos ou

aos 75 anos, na forma de lei complementar”.

Essa foi a forma encontrada por José Jorge para resolver divergências com o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). No relatório, José Jorge afirma que a extensão do limite da aposentadoria compulsória para 75 anos não significa obrigar os servidores a permanecer por mais tempo em seus postos.

– Temos de levar em conta as diferenças entre as carreiras. Por isso, não se deve entrar em detalhes no texto constitucional – assinalou o relator.

A preocupação do senador Mercadante, manifesta durante a reunião, é de não prejudicar servidores de algumas carreiras, como os do Judiciário, onde muitos magistrados aguardam vaga para desembargador. A mesma situação ocorre no Itamaraty, onde se exige que os ministros-conselheiros se aposentem para que os em-

baixadores sejam promovidos.

Simon elogiou a proposta do relator por conseguir acordo para oferecer ao servidor de 70 anos a oportunidade de continuar na carreira até 75 anos.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), disse que Mercadante deveria assumir o compromisso de aprovação urgente da lei complementar. Antonio Carlos Magalhães chegou a falar na possibilidade de uma emenda para estabelecer prazo para aprovação da lei, mas não foi apresentada emenda nesses termos.

José Jorge ressaltou que chegou à conclusão da necessidade de lei complementar depois de audiência pública na CCJ, no dia 27 de abril, com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, o vice-presidente da República, José Alencar, e o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães.



**DENÚNCIA** Ana Júlia ressalta que o interior do estado não tem atendimento de emergência

## Ana Júlia lamenta falta de hospital no interior do Pará

A morte de trigêmeos no interior do Pará, conforme denúncia da TV Globo, foi atribuída pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) à falta de uma unidade neonatal no hospital onde a mãe foi atendida.

Ela denunciou que, apesar de há oito anos a Secretaria de Saúde do Pará haver recomendado a implantação de hospitais regionais, a região sudeste do estado, onde ocorreu o episódio, não conta com nenhum hospital de urgência e emergência.

– O interior do Pará continua desassistido – disse Ana Júlia.

## ACM critica exigência de lei complementar

O senador Antonio Carlos Magalhães disse que a PEC da aposentadoria compulsória dos servidores públicos, aprovada ontem na CCJ, pode se tornar uma inutilidade caso não haja rapidez em sua tramitação. A PEC, que passa o limite de idade para permanência no serviço público de 70 para 75 anos, foi aprovada com emenda do relator, senador José Jorge (PFL-PE), exigindo lei complementar para entrar em vigor.

Antonio Carlos, presidente da CCJ, ressaltou que a PEC não deveria depender de lei complementar para vigorar, ao contrário do que dissera o líder



**CELERIDADE** Para Antonio Carlos, PEC pode se tornar inútil se não houver rapidez na tramitação

do governo, senador Aloizio Mercadante, durante a discussão da matéria.

– A proposta representa uma

farsa perante ministros, professores universitários e outros brasileiros que esperam do Congresso Nacional atitudes corajosas e não acovardadas – assinalou ACM.

Ele acrescentou ter permitido a votação porque, do contrário, “mataria a emenda”.

– Ele (Mercadante) não é dono do Congresso Nacional. Isso precisa acabar e vai acabar, porque não vou deixar continuar. Na CCJ haverá ordem e, se houver distúrbios, vou suspender a sessão, doa a quem doer – disse, criticando também o senador José Jorge por aceitar a proposta do líder do governo de

exigir uma lei complementar.

Após o discurso, José Jorge disse ter aceito a sugestão do líder do governo por considerar que muitas categorias poderiam ter sua política de promoções prejudicada pela emenda e que seria difícil especificar essas categorias no texto constitucional.

Já Mercadante afirmou que a solução da lei complementar foi discutida e aprovada por unanimidade na comissão. Entre as categorias prejudicadas, ele citou os militares, cuja cúpula continuaria no poder por mais cinco anos, prejudicando a promoção dos que estão embaixo.

## Comissão do regimento decide fatiar sugestões

As alterações no Regimento Interno do Senado, em análise por uma comissão especial da Casa, vão ser analisadas em etapas. O fatiamento da proposta, principal decisão do primeiro encontro de trabalho do colegiado, foi uma saída encontrada pelos parlamentares para “estabelecer o consenso e avançar na solução dos problemas mais agudos”, ressaltou o

presidente da comissão, senador Marco Maciel (PFL-PE).

Para dar início ao debate, o senador Tião Viana (PT-AC), relator da comissão, anunciou que vai apresentar já na próxima reunião alterações referentes ao uso da palavra e à tramitação dos requerimentos no Plenário e nas comissões. Ele deixou claro que ainda não tem uma proposta definida.



**MODIFICAÇÕES** Maciel preside o primeiro encontro de trabalho do colegiado, que debateu o uso da palavra e a tramitação dos requerimentos

Maciel pediu a participação dos líderes partidários em audiências públicas, para que transmitissem a avaliação das bancadas sobre as modifica-

ções em debate. Já o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) sugeriu que todos os senadores fossem informados das decisões tomadas pelo colegiado.



**PREJÚZOS** Motta diz que agência errou ao impedir publicidade deste setor do comércio de medicamentos

## Motta ataca norma da Anvisa sobre farmácias

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) disse ontem, em Plenário, que a Consulta Pública nº 31 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), publicada no *Diário Oficial* da União no último dia 18 de abril, prejudica claramente as farmácias de manipulação. Motta disse que a agência quer impedir que as farmácias possam manipular medicamentos com apresentação e concentração equivalentes aos produzidos pela indústria química, além de proibir as farmácias de manipulação de fazerem publicidade de seus produtos.



Senadores do governo e da oposição analisam em Plenário os resultados da Cúpula América do Sul-Países Árabes, que terminou ontem em Brasília e da qual participaram 34 chefes de Estado e de governo

## Ganhos e perdas da Cúpula de Brasília

"Resultados, no mínimo, discutíveis", com a proposição de uma "política terceiro-mundista medíocre e canhestra", segundo Arthur Virgílio, e com a supervalorização do tema terrorismo mundial, na opinião de José

Agripino. Se a oposição critica aspectos do encontro, senadores da base aliada apontam um panorama de mais negócios e aproximação cultural entre brasileiros e árabes. Delcídio Amaral prevê fortalecimento da

integração Sul-Sul, atração de recursos e crescimento das exportações brasileiras. Maguito Vilela destaca características comuns das duas regiões, enquanto Eduardo Suplicy faz sugestão para "ajudar a pacificar" o Iraque.

### Arthur Virgílio



**RISCO** "Brasil acabou por criar um contencioso com Estados Unidos, Israel e Inglaterra"

### Política que visa unir os pobres contra os ricos

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), os resultados da Cúpula América do Sul-Países Árabes foram, "no mínimo, discutíveis". Ele afirmou ontem que "a idéia era boa e relevante", mas que, "em vez de ampliar o espectro das relações internacionais do país, conforme ocorria no governo anterior, o que houve foi a proposição de uma política terceiro-mundista, medíocre e canhestra, que visa unir os pobres contra os ricos, condenando os primeiros à pobreza eterna".

– Em vez de crescer diplomaticamente, o Brasil acabou por criar um contencioso com Estados Unidos, Israel e Inglaterra – disse.

A declaração conjunta da cúpula, chamada de Carta de Brasília, expressa "profunda preocupação com as sanções unilaterais impostas à Síria" pelo governo norte-americano.

O documento também defende a criação de um Estado palestino independente, com base nas fronteiras existentes em 1967. Quanto à Inglaterra, a declaração pede que os governos desse país e da Argentina voltem a negociar "uma solução justa, pacífica e duradoura para a controversa soberania" das Ilhas Malvinas.

### José Agripino



**OBJETIVO** "Jamais passaria pela minha cabeça que a cúpula tivesse o sentido de *marketing*"

### Risco de prejuízo para relações do Brasil

José Agripino (PFL-RN) criticou os temas tratados na cúpula. Para o senador, a importância da questão "terrorismo mundial" nas discussões do encontro foi supervalorizada. Ele afirmou que esperava maior atenção para os debates econômicos durante a conferência, em especial para parceiros do Mercosul, principalmente a Argentina.

O senador disse acreditar que a intenção do governo federal era realizar um encontro para promover acordos comerciais que trouxessem vantagens para o país, como a quebra de barreiras no campo econômico.

– Jamais passaria pela minha cabeça que a realização dessa cúpula tivesse o sentido de *marketing*, de produzir um espetáculo para que o mundo prestasse atenção à força do Brasil – observou.

Agripino lamentou que o terrorismo tenha sido o assunto mais discutido na conferência e que os participantes tenham sugerido que "não é qualquer tipo de terrorismo que deva ser rejeitado". Conforme o senador, esse aspecto político do encontro pode trazer prejuízos para as relações internacionais do Brasil com países como Espanha, Israel e Estados Unidos.

### Eduardo Suplicy



**COLABORAÇÃO** "Eu me propus a ir a Bagdá explicar o programa ao Parlamento e ao governo"

### Sugestão de Renda Mínima para o Iraque

Eduardo Suplicy (PT-SP) contestou as críticas de senadores de oposição aos resultados da cúpula e cumprimentou o presidente Lula pelo encontro. Informou ter sugerido ao presidente do Iraque, durante recepção no Itamaraty, a adoção do seu Programa de Renda Mínima como um dos caminhos "para ajudar a pacificar" aquele país.

– Fiz a mesma sugestão ao ministro das Finanças do Iraque e me propus a ir a Bagdá explicar o programa ao Parlamento e ao governo – informou.

Suplicy disse que os críticos da Declaração de Brasília sobre a menção ao terrorismo "não leram seu texto com atenção". Ele leu vários trechos do documento, destacando inclusive a proposta da Arábia Saudita de criar um centro internacional de combate ao terrorismo. "Até mesmo o presidente Bush poderia apoiar essa idéia."

O aumento de 50% no comércio do Brasil com os países árabes e com os da América do Sul nos últimos anos, na visão do senador, mostra que o governo Lula está correto ao se aproximar desses povos. Suplicy pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de toda a Declaração de Brasília.

### Delcídio Amaral



**AVALIAÇÃO** "A cúpula é um reflexo natural do novo espaço alcançado pelo Brasil no cenário internacional"

### Reforço nos laços entre as duas regiões

Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu a cúpula e ressaltou as perspectivas de aprofundamento nas relações comerciais do Brasil com os países árabes. Ele argumentou que a participação de 34 chefes de Estado e de governo demonstra o sucesso da política externa brasileira.

– A cúpula é um reflexo natural do novo espaço alcançado pelo Brasil no cenário internacional. O encontro reforçou os laços entre regiões interessadas em competir no mercado global e fortaleceu a integração Sul-Sul – sustentou Delcídio.

O senador destacou a Feira de Investimentos e o Encontro Empresarial realizados paralelamente à cúpula. Ele afirmou que o objetivo do Brasil é atrair recursos dos países árabes e ampliar de R\$ 8 bilhões para R\$ 15 bilhões o comércio brasileiro com essa região. Delcídio disse que há grandes possibilidades de ampliar as exportações do Brasil para os países árabes, que têm demonstrado interesse em diversificar seus parceiros comerciais.

Delcídio recebeu apartes de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

### Maguito Vilela



**RECADO** "A globalização não pode ser boa apenas para os países ricos"

### Perspectiva de "excelentes resultados"

A cúpula deve render "excelentes resultados" do ponto de vista econômico e social para todos os países envolvidos, segundo Maguito Vilela (PMDB-GO). O senador congratulou o presidente Lula pela realização do encontro.

Maguito disse que os países sul-americanos e árabes têm diversas características em comum, apesar da distância geográfica. Ele destacou que os dois grupos buscam afirmação no cenário econômico internacional ao mesmo tempo em que convivem com grandes problemas internos, principalmente no campo social.

O senador acredita que a cúpula deu um recado para o mundo: "a globalização não pode ser boa apenas para os países ricos, e mecanismos mais justos de cooperação e comércio devem ser criados", observou Maguito.

– Enquanto os efeitos positivos da globalização penderem apenas para os grandes, o mundo não estará livre das guerras, da fome e da miséria. Uma conjugação de fatores que prejudica principalmente os países ricos, porque gera, entre outras mazelas, uma forte insegurança – avaliou o parlamentar por Goiás.

# Um terço da renda do país está nas capitais, revela pesquisa do IBGE

■ Efeito da concentração do PIB foi discutido em audiência na Subcomissão dos Municípios

As capitais brasileiras detêm cerca de um terço da renda nacional, enquanto 1.272 dos municípios mais pobres respondem por apenas 1%. Os dados que mostram a concentração de renda no país foram apresentados pelo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, durante audiência ontem na Subcomissão de Assuntos Municipais.

Eduardo Nunes apresentou ao colegiado, presidido pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), os dados da pesquisa Cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios Brasileiros, realizada pelo IBGE. O estudo englobou uma malha de 5.560 municípios e foi feito tendo por base o ano de 2002, quando o PIB brasileiro era de R\$ 1,346 trilhão.



**DEBATES** Presidente do IBGE, Eduardo Nunes (à esquerda, ao lado de Garibaldi e Heráclito), apresenta pesquisa que englobou 5.560 municípios

De acordo com a pesquisa, os dez maiores municípios brasileiros têm, em termos de PIB, um nível de renda 19,9 vezes maior que o dos 50 mais pobres. O maior PIB do Brasil é o da cidade de São Paulo, que produz cerca de R\$ 140 bilhões, ao passo que o menor é o de São Félix do Tocantins (TO), com R\$ 1,911 milhão. Os maiores PIBs estão no Sudeste, no Distrito Federal e em Manaus, enquanto os menores estão no Nordeste. Além de concentrar a renda,

ainda segundo o levantamento, as grandes cidades concentram também a população, o que faz com que os municípios pobres dependam cada vez mais da transferência de renda dos maiores, já que, pela regra constitucional, o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é proporcional à população.

Foi essa a questão que gerou mais polêmica na audiência. Os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), César Borges

(PFL-BA) e Sibá Machado (PT-AC), além do deputado Júlio César (PFL-PI), quiseram saber de onde vinham os dados sobre a população dos municípios em 2002, já que os números eram diferentes dos do último censo, realizado em 2000.

Eduardo Nunes explicou que o cálculo é baseado em estimativas, e que o IBGE já solicitou ao Tribunal de Contas da União que reveja a fórmula de distribuição do FPM.

– Se uma cidade apresentou crescimento de 1991 a 2000, a tendência é que continue crescendo na mesma proporção. A contagem deveria ser realizada a cada cinco anos, mas não há recursos – informou Nunes.

Garibaldi Alves salientou que a subcomissão manterá contato permanente com o IBGE. O presidente da comissão lembrou que, na próxima quarta-feira, a audiência será com o prefeito do Recife e presidente da Frente Nacional de Prefeitos de Capitais, João Paulo.

A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



**RECUPERAÇÃO** Para Aelton, situação das estradas deverá melhorar com a transferência à iniciativa privada

## Aelton apóia concessão de rodovias

Ao analisar a segunda etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, o senador Aelton Freitas (PL-MG) manifestou esperança de melhorias em alguns trechos estratégicos das rodovias brasileiras com a transferência à iniciativa privada, por meio de licitação, de um total de 3.059 quilômetros.

Para Aelton, o ideal seria que o Ministério dos Transportes realizasse as obras, mas, frente ao contingenciamento, as concessões são uma alternativa, desde que regulamentadas. Ele lembrou que o trabalho deverá gerar cerca de nove mil empregos diretos e 26 mil indiretos.



**DEFESA** Em seu primeiro discurso no Senado, Nezinho Alencar cobra a conclusão de hospital em Palmas

## Nezinho Alencar exalta economia do Tocantins

Em sua estréia na tribuna, o senador Nezinho Alencar (PSB-TO), suplente de João Ribeiro (PFL-TO), chamou a atenção para o crescimento econômico do Tocantins, "um promissor produtor de grãos com percentuais de crescimento sem paralelo no mundo todo".

O senador cobrou a recuperação da rodovia BR-153 e a conclusão do Hospital Geral de Palmas. Ele também pediu a criação de uma faculdade de Medicina na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

## CCJ aprova fundo para habitação de interesse social

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o relatório do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) a projeto de lei de iniciativa popular (PLC 36/04) que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu conselho gestor. A matéria depende ainda de exame do Plenário.

Crivella explicou que o fato de ser um projeto de iniciativa popular, com mais de 1 milhão de assinaturas, superou o argumento de inconstitucionalidade, segundo o qual a criação



**PARTICIPAÇÃO** Projeto de iniciativa popular recebeu parecer favorável de Marcelo Crivella, relator na comissão

de órgãos é iniciativa privativa do Executivo. Ele observou que a Câmara aprovou a matéria

e, portanto, não a considerou inconstitucional.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) explicou que, segundo a Constituição, projeto de iniciativa popular não pode ser rejeitado por vício de forma. Mercadante salientou que a proposta tramita há 14 anos e trata-se de um trabalho de milhares de pessoas para sanar o problema habitacional.

Demostenes Torres (PFL-GO) lembrou o déficit de 7 milhões de moradias no país.

– Tragédias estão acontecendo por falta de uma política habitacional – observou.

Os requisitos constitucio-

nais foram obedecidos, opinou Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Para ele, a matéria é constitucional porque o povo é soberano em sua ação, por deter um poder conferido pela Carta Magna, que está acima daquele dos parlamentares.

Almeida Lima (PSDB-SE) disse que a implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social depende do Executivo e que, se o governo tivesse interesse, já teria apresentado proposta para o setor.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) registrou a presença de representantes de entidades da sociedade civil na reunião.

## Iniciativa pode democratizar acesso aos recursos, diz Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) comemorou a aprovação, pela CCJ, do parecer favorável ao projeto que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Ela lembrou que a proposta foi apresentada em 1992 e contou, à época, com

o endosso de mais de 1 milhão de assinaturas.

A senadora observou que o projeto deixou de ser votado em Plenário, semana passada, por suspeita de inconstitucionalidade levantada em debate na CCJ. Na sua opinião, o impasse

poderia ter sido resolvido pelo governo sem a necessidade de adiamento da votação.

– Espero que o presidente Lula não vete a matéria, já que os membros do governo votaram a favor na CCJ – comentou.

Heloísa Helena revelou que,

de 1995 a 2000, apenas 11% dos recursos para o financiamento habitacional chegaram às faixas de renda de até três salários mínimos. Em contrapartida, frisou, quem ganhava mais de oito salários mínimos ficou com 48% desses recursos.